



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-07-2023.

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e oito minutos, conforme Resolução nº 0589/22, reuniu-se a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenário Ana Terra, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Também participaram do encontro os vereadores Prof. Alex Fraga; Comandante Nádia; Giovani Culau; Jessé Sangalli; Jonas Reis e Pablo Melo. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada ao debate e “Apresentação dos laudos pertinentes ao Projeto de Concessão do Parque Harmonia”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Germano Bremm, secretário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS); Alex Souza, arquiteto coordenador das áreas verdes públicas de lazer da SMAMUS; Alison Rodrigues Martins, gestor de relacionamento da Secretaria de Parcerias de Porto Alegre (SMP); Carla Deboni Beraldin, diretora da GAM3 Parks; Vinícius Garcia, sócio diretor de negócios da empresa GAM3 Parks; Paulo Brack, diretor do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá); Liliane Cardoso, presidente da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilha de Porto Alegre; Eliana Castilho, arquiteta responsável pelo projeto de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) das obras no Parque Harmonia; Roselena Colombo, representante do projeto PoAncestral e defesa das questões indígenas e quilombolas; Amanda Cardoso, integrante do coletivo Atua POA; Ivo Krauspenhar, presidente do movimento Menino Deus Sustentável; Jairo Menegaz, analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e presente nesta ocasião na condição de cidadão porto-alegrense; Tiago de Aguiar Goulart, técnico de enfermagem e acadêmico de enfermagem; Fernando Campos Costa, militante da organização Amigos da Terra Brasil; Rosalino Mello, advogado do mandato da deputada estadual Sofia Cavedon e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, lembrou que o presente encontro é decorrente de encaminhamento efetuado na

reunião ordinária da semana anterior da Cosmam, que concedeu prazo até a data de hoje para a prefeitura e a empresa GAM3 efetuarem esclarecimentos técnicos sobre as alterações do projeto das obras em andamento no Parque Harmonia. Por fim, destacou que a Cosmam já reiterou pedido de interrupção das obras junto ao Ministério Público e lembrou que a competência para ordenar tal suspensão é privativa do MP e não desta Comissão. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni informou ser o proponente da pauta e efetuou comentários sobre as graves denúncias de irregularidades recebidas que, em tese, estariam ocorrendo na concessão do Parque Harmonia. Após, apresentou uma série de questionamentos, entre os quais, se o projeto original aprovado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) foi modificado, e qual seria o motivo que levou a prefeitura a abdicar da licença ambiental para a obra. O senhor Germano Bremm, afirmou que a obra é um projeto de qualificação de uma área simbólica da cidade, que era aproveitada de forma efetiva apenas em um período do ano, no mês setembro, durante a realização do evento do Acampamento Farroupilha. Após, enfatizou que o Executivo deseja criar oportunidade para a população de Porto Alegre usufruir o parque durante o ano todo, mas explicou que faltam recursos financeiros para qualificar as áreas verdes, tendo, por isso, recorrido à iniciativa privada, em investimento de duzentos e oitenta e um milhões de reais que a GAM3 estará aportando no Parque Harmonia para um período de concessão de trinta e cinco anos. Por fim, destacou que a vistoria realizada pelo Ministério Público (MP) ocorrido na semana passada exauriu qualquer dúvida em relação à compensação vegetal e acrescentou que o órgão de fiscalização estadual não sinalizou qualquer paralisação da obra, tendo em vista que o projeto também passou por análise bastante aprofundada do corpo técnico do Município. A vereadora Mônica Leal destacou que na condição de legisladora e fiscal dos atos do Executivo recebeu as respostas dos questionamentos encaminhados ao senhor prefeito Sebastião Melo e ficou bastante satisfeita com as explicações técnicas fornecidas. A senhora Carla Deboni Beraldin entregou cópia dos laudos técnicos e demais documentações relativas às obras do Parque Harmonia e, após, efetuou apresentação através de slides sobre o contrato de concessão e documentação relativa ao empreendimento, ressaltando ser natural a ocorrência de alterações na transição do projeto básico para o executivo, reiterando que as adequações efetuadas não desrespeitaram as diretrizes estabelecidas no Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) aprovado no CMDUA. Após, também destacou que a empresa GAM3 obteve autorização para remover quatrocentos e trinta e cinco vegetais, mas que somente cento e três árvores foram efetivamente retiradas, enfatizando, ainda, que toda a compensação será realizada no interior do próprio parque. Na sequência, também acrescentou que o clarão atualmente visível em parte da área não afeta a reserva constituída por área cercada de preservação. Por fim, lembrou que as imagens do parque que geraram certa comoção inicial e estabeleceu polêmica foram obtidas após a ocorrência de um ciclone, num período em que houve a retirada de quarenta e seis toneladas de galhos acumulados. Enfatizou, também, que todo o processo de manejo, incluindo a fauna, é regularmente informado à Smamus. O senhor Vinícius Garcia afirmou

estar plenamente seguro em relação à firmeza dos procedimentos técnicos adotados no processo de concessão e acrescentou que a empresa GAM3 zela pela transparência no esclarecimento de toda e qualquer dúvida acerca das obras efetuadas no parque. Por fim, contestou notícia atribuída ao gabinete do vereador Aldacir Oliboni que teria divulgado em seus canais de comunicação a supressão de mais de setecentas árvores ao invés das cento e três unidades efetivamente removidas. Sugeriu, ainda, participação mais efetiva do referido vereador nas reuniões ordinárias da Comissão do Parque Farroupilha que regularmente acompanha o andamento das obras no parque. A vereadora Cláudia Araújo se manifestou sobre as preocupantes imagens exibidas na reunião ordinária anterior, destacando agora ter ficado mais tranquila diante da informação da senhora Carla Deboni Beraldin de que todo o replantio das árvores será efetuado no interior do próprio parque. Em prosseguimento, elogiou o fato de que irá ocorrer a ampliação de uma para três bacias de contenção de chuva e destacou que a documentação e laudos apresentados pela empresa GAM3 nesta reunião possibilitará esclarecer as dúvidas dos vereadores e do público em geral sobre o referido projeto. Por fim, manifestou preocupação quanto à garantia da efetiva realização do Acampamento Farroupilha por se tratar de importante evento estadual que reúne famílias em defesa dos símbolos gaúchos. O vereador Jessé Sangalli considerou que não se deve criminalizar uma empresa que está realizando seu trabalho da melhor forma possível e lembrou que os mesmos políticos que também foram contrários às obras da Orla do Gasômetro não deveriam pedir votos em época da eleição no Parque Harmonia após sua revitalização. A vereadora Comandante Nádia enalteceu o pronunciamento do secretário Germano Bremm e disse ter ficado impressionada com os pormenores apresentados sobre o projeto, enfatizando ser normal haver modificações desde a fase de planejamento até sua implantação. Por fim, manifestou a certeza da plena responsabilidade técnica estabelecida pela empresa concessionária e de seus profissionais na condução das obras, objetivando como resultado uma cidade mais acessível e turística a todos os cidadãos. O vereador Giovanni Culau disse ter ficado bastante triste com as últimas alterações efetuadas no projeto e considerou não se tratar de abuso isolado da empresa GAM3, mas corroborado pela validação da Prefeitura sem ter havido a devida participação da comunidade. Por fim, criticou a autorização para a remoção de mais de trinta por cento das árvores do parque e o reduzido espaço de debate popular sobre as implicações dessa medida à fauna local, defendendo, ainda, que o tema necessita ser revisto, debatido e melhor fiscalizado. O vereador Jonas Reis criticou o pronunciamento do secretário Germano Bremm e considerou que o estilo de sua administração não contribuiu para a efetiva proteção do meio ambiente da cidade. Na sequência exibiu vídeo demonstrando ampla devastação promovida no local e considerou que a Prefeitura concedeu autorização ilimitada para a empresa GAM3 efetuar modificações no projeto ao seu bel-prazer. Em prosseguimento, criticou, ainda, o reduzido espaço de debate sobre a devastação do gramado; o uso excessivo de construções com tijolos; a rua pública que se transformou em estacionamento privado e a remoção de abrangente espaço de área verde que desequilibrou o ecossistema daquele ambiente natural. Por fim, divergiu da pequena quantidade de encaminhamentos efetuados nesta reunião,

defendeu a imediata paralisação das obras para permitir maior debate popular através de audiência pública e demais canais disponíveis de comunicação. O senhor Paulo Brack considerou que diante das imagens aéreas apresentadas, cerca de setenta por cento da área verde do parque foi dizimada e destacou que esse fato foi decisivo para a destruição permanente do habitat dos animais. Em prosseguimento, citou estudo apontando que o local conta com oitenta e cinco espécies de aves, sendo que cinco delas não são encontradas em outros parques da cidade. Após, questionou o destino das espécies e a situação da fauna, atribuindo à Smamus a maior responsabilidade pelo cenário atual de devastação ao não ter exigido o prévio licenciamento ambiental antes da efetivação das obras. Por fim, destacou que o instituto InGá está solicitando ao Ministério Público a imediata suspensão do empreendimento até o estabelecimento de percentual mínimo de proteção da área verde local. A senhora Liliana Cardoso manifestou preocupação diante do risco de eventual paralisação das obras e interferência na programação do Acampamento Farroupilha, onde a montagem dos piquetes ocorre ainda no mês de agosto. A senhora Eliana Castilhos reiterou que as obras atuais diferem do projeto aprovado no EVU e destacou que, na condição de autora do projeto, tais alterações não passaram por sua autorização em clara infração à legislação ambiental existente. Por fim, alertou que tais modificações não se restringem apenas aos quesitos de acessibilidade ou ampliação do projeto básico, conforme afirmou a representante da empresa na presente reunião, mas de diversos outros ajustes indevidos no projeto. Reitera, também, a imediata divulgação na íntegra do projeto que está sendo implantado pela empresa GAM3. O senhor Ivo Krauspenhar declarou-se escandalizado com as alterações promovidas no projeto original que desrespeitam o meio ambiente. Em prosseguimento, lembrou das ações do renomado ambientalista José Lutzenberger e do então prefeito Guilherme Socias Vilella no estímulo do plantio intenso de árvores em toda a cidade, em contraposição ao que vem ocorrendo atualmente, como por exemplo, a acentuada devastação de mata natural na extensão da estrada Juca Batista na zona sul da Capital para a implantação de novas unidades habitacionais. Por fim, também cobrou a imediata suspensão do projeto do Parque Harmonia e criticou a prática da remoção indiscriminada de árvores, as quais demoram mais de trinta anos para crescer e contribuir para o equilíbrio ambiental do ecossistema da cidade. O senhor Alison Rodrigues Martins ressaltou que o projeto de concessão do Parque Harmonia passou por consultas e audiências públicas prévias estabelecidas em lei. O senhor Jairo Menegaz considerou que o atual projeto em implantação incorre em ilegalidade estrutural pelo fato de ter sido aprovado pela Câmara Municipal com índice menor de restrições ambientais em relação ao estabelecido na legislação federal para assegurar maior lucro à empresa concessionária. Após, lembrou que o EVA é um documento técnico necessário ao cumprimento dos parâmetros do Estatuto das Cidades e defendeu que a modernização pretendida pelo poder executivo poderia ser obtida com estímulo de maior quantidade de concursos públicos visando maior proteção do ambiente natural e qualificação dos aspectos arquitetônicos do projeto. Por fim, criticou, ainda, as alterações estruturais efetuadas no solo do parque que trouxeram enormes prejuízos à fauna e flora locais. Reiterou, também, a imediata suspensão do projeto e

defendeu a adoção de estilo diverso de urbanização ao atualmente previsto para aquela área. E, o senhor Alex Souza considerou ter havido acusações levianas na presente reunião contra servidores da Smamus que trabalham exclusivamente com fundamento técnico, acrescentando, ainda, que a equipe do Executivo está convicta da legalidade praticada em relação ao trabalho que vem sendo executado. Além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar nova audiência pública através do Legislativo com a finalidade de ampliar o debate em virtude dos novos fatos trazidos referentes à devastação ambiental em curso nas obras do Parque Harmonia; e, 2) constituir uma comissão externa, garantindo representação de todas as bancadas da Câmara Municipal para tratar especificamente deste projeto e dar continuidade ao diálogo com o Governo Municipal e a empresa GAM3, buscando o estabelecimento de mecanismos de garantia das principais demandas trazidas pelos ambientalistas e demais participantes deste encontro. Registra-se que a lista de presenças desta Reunião, bem como os laudos técnicos entregues nesta reunião pela empresa GAM3, farão parte integrante desta Ata. Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 14/07/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0588324** e o código CRC **94872A0B**.